



SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SÃO PAULO

PROFESSOR II - MATEMÁTICA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Fundamentos da Educação
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 02/2025



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS
CAMPOS - SÃO PAULO - SP

Professor II- Matemática

EDITAL Nº 02/2025

CÓD: SL-121DZ-25
7908433288633

Língua Portuguesa

1. Interpretação e compreensão de texto	9
2. Organização estrutural dos textos	12
3. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade	15
4. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo	17
5. Textos literários e não literários	26
6. Tipologia da frase portuguesa	34
7. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção	40
8. Problemas estruturais das frases	41
9. Norma culta	42
10. Pontuação e sinais gráficos	47
11. Organização sintática das frases: termos e orações; ordem direta e inversa	53
12. Tipos de discurso	57
13. Registros de linguagem	59
14. Funções da linguagem	60
15. Elementos dos atos de comunicação	65
16. Estrutura e formação de palavras	68
17. Formas de abreviação	69
18. Classes de palavras: os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições e, modalizadores. semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos	71
19. Polissemia e ambiguidade	75
20. Os dicionários: tipos; a organização de verbetes	78
21. Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos e, latinismos	82
22. Ortografia e acentuação gráfica	85
23. A crase	91

Fundamentos da Educação

1. Planejamento e organização do trabalho pedagógico: processo de planejamento, concepção, importância, dimensões e níveis	97
2. Planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação	98
3. Planejamento escolar: planos da escola, do ensino e da aula	99
4. Currículo do proposto à prática	103
5. Tecnologia da informação e comunicação na educação	106
6. Educação para diversidade, cidadania e educação para direitos humanos	110
7. Educação ambiental	111
8. Fundamentos legais da educação especial/inclusiva e o papel do professor	112
9. Educação/sociedade e prática escolar	119
10. Didática e prática histórico-cultural	119
11. A didática na formação do professor	121
12. Processo de ensino e de aprendizagem	122

13. Relação professor/aluno	126
14. Os componentes do processo de ensino: objetivos, conteúdos, métodos; estratégias pedagógicas e os meios.....	126
15. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do conhecimento	127
16. Avaliação escolar e avaliação em larga escala e suas implicações pedagógicas	129
17. O papel político do ensinar e do aprender	131
18. Projeto político pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores	132
19. Políticas públicas para a Educação Básica	134
20. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica	135
21. Fundamentos conceituais da Base Nacional Comum Curricular	136
22. Principais correntes teóricas da pedagogia	136

Legislação Educacional

1. Constituição Federal de 1988 - Capítulo III, Seção I - da Educação	143
2. Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações	146
3. Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE).....	166
4. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's): orientações didáticas, natureza, objetivos e conteúdos propostos.....	168
5. Resolução CNE/CP nº 02/2017, que institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	179
6. Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente	185
7. Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	224
8. Leis nº 10.639/03 e 11.645/2008 – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	243
9. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – 2018.....	243

Conhecimentos Específicos Professor II - Matemática

1. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais. Operações, propriedades e resolução de problemas.....	249
2. Estudo geral das Funções Reais: Função Linear. Função Quadrática. Função Composta e Inversa. Função Modular. Função Exponencial. Função Logarítmica.....	261
3. Geometria Plana: Ângulos. Triângulos. Quadriláteros e Polígonos. Congruência de triângulos. Teorema do ângulo externo e suas consequências. Teorema de Tales. Semelhança de triângulos. Relações métricas no triângulo. Áreas das principais figuras planas poligonais e circulares	278
4. Geometria Espacial: conceitos primitivos e postulados. Poliedros. Primas. Pirâmide. Cilindro. Cone. Troncos e Esfera	288
5. Geometria Analítica: estudo do ponto, da reta, da circunferência e das cônicas	295
6. Trigonometria: trigonometria do triângulo, retângulo e da circunferência. Funções trigonométricas	311
7. Sequências, Progressão Aritmética e Geométrica: conceitos. Propriedades. Adição de termos e associação com funções	317
8. Sistemas Lineares.....	319
9. Análise Combinatória: Princípio Fundamental da Contagem. Arranjos. Permutações simples e com repetição. Números Binomiais: Binômio de Newton e suas propriedades	321
10. Estatística: Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Distribuição de frequência. Tabelas e Gráficos.....	326
11. Proporção	340

ÍNDICE

12. Matemática Financeira: Porcentagem. Juro simples e juro composto	342
13. Probabilidade: conceito e cálculo. Adição e multiplicação de probabilidades. Dependência de eventos.....	345
14. Noções de Cálculo: limites, derivadas e aplicações da derivada; integrais: cálculo de área, integração por substituição e por partes	348
15. Base Nacional Comum Curricular - competências específicas da Matemática no Ensino Fundamental	355

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências,

inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

▪ **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

▪ **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

▪ **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

▪ **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

▪ **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

▪ **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

▪ **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

▪ **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

▪ **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

▪ **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa relação. Além disso, a intertextualidade contribui para criar

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: PROCESSO DE PLANEJAMENTO, CONCEPÇÃO, IMPORTÂNCIA, DIMENSÕES E NÍVEIS

O PLANEJAMENTO COMO PILAR DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

O planejamento pedagógico é um dos pilares fundamentais da prática docente, configurando-se como um processo contínuo, sistemático e intencional que orienta as ações educativas. Em um contexto escolar marcado por desafios diversos — como a heterogeneidade das turmas, as demandas curriculares e as necessidades específicas dos estudantes — o planejamento não é um luxo, mas uma necessidade profissional. Sua ausência conduz a uma prática improvisada, desarticulada e, muitas vezes, incoerente com os objetivos educacionais propostos.

Planejar significa antecipar-se à prática, refletir sobre ela e estabelecer estratégias coerentes com os fins desejados. É nesse sentido que o planejamento assume o papel de eixo estruturante da organização do trabalho pedagógico. Ele é o elo entre o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola e as ações concretas que ocorrem dentro da sala de aula. Essa função integradora evidencia a importância de compreender o planejamento não apenas como um documento burocrático, mas como um instrumento de mediação entre teoria e prática, entre o ideal e o real.

Ademais, é fundamental reconhecer que o planejamento não ocorre isoladamente, mas dentro de um contexto institucional e social mais amplo. Ele deve considerar o currículo, os recursos disponíveis, o perfil dos estudantes, a realidade da comunidade escolar e os objetivos educacionais estabelecidos pela legislação vigente, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96). Nesse cenário, planejar é mais do que organizar conteúdos e atividades: é tomar decisões pedagógicas com responsabilidade, fundamentadas em princípios éticos, políticos e epistemológicos.

CONCEPÇÕES DE PLANEJAMENTO: TÉCNICAS X CRÍTICAS

Ao longo do tempo, diferentes concepções de planejamento pedagógico se consolidaram, refletindo visões distintas sobre o papel da educação e do professor. Duas correntes principais se destacam: a concepção tecnicista e a concepção crítico-reflexiva.

Na abordagem tecnicista, o planejamento é visto como um instrumento puramente técnico, centrado na previsibilidade e no controle de resultados. Trata-se de um modelo burocrático, linear, no qual o professor atua como executor de tarefas previamente definidas. Esse modelo foi amplamente difundido nas décadas de 1960 e 1970, influenciado pela teoria da administração científica e pelas exigências do mercado. Nessa perspectiva,

o foco está na eficiência dos meios e na mensuração dos resultados, com pouca margem para a autonomia docente ou para a contextualização dos saberes.

Em contrapartida, a concepção crítica — baseada em autores como Libâneo, Vasconcellos e Perrenoud — defende o planejamento como um processo dialógico, flexível e participativo. Aqui, o planejamento é entendido como uma ação reflexiva, que se constrói a partir da análise da realidade, da escuta dos sujeitos envolvidos no processo educativo e da articulação entre os diferentes saberes escolares. O professor deixa de ser mero executor e passa a ser um sujeito ativo, capaz de tomar decisões conscientes e contextualizadas.

O planejamento crítico valoriza a participação coletiva, a interdisciplinaridade e a capacidade de reorientação contínua do processo educativo. Ele rompe com a lógica da rigidez e reconhece a necessidade de adaptação constante às condições reais da prática. Em concursos públicos, é fundamental reconhecer essas duas abordagens, pois elas são frequentemente cobradas em questões que buscam avaliar a compreensão teórica e crítica do papel docente.

IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

A importância do planejamento pedagógico na organização do trabalho docente é indiscutível. Trata-se de um instrumento que oferece ao professor uma visão clara dos objetivos educacionais, das estratégias de ensino, dos recursos necessários e dos critérios de avaliação. Sem planejamento, a prática pedagógica tende à desorganização e à ineficácia, comprometendo o processo de ensino-aprendizagem.

Planejar permite ao docente articular o conteúdo com a realidade dos estudantes, adequar metodologias às necessidades da turma, prever dificuldades e desenvolver estratégias de mediação mais eficazes. Além disso, o planejamento contribui para a otimização do tempo, a melhor distribuição dos conteúdos ao longo do ano letivo e a promoção de experiências de aprendizagem mais significativas.

Do ponto de vista institucional, o planejamento docente também é um instrumento de alinhamento com os objetivos e metas estabelecidos pelo Projeto Político-Pedagógico da escola. Ele garante a coerência das ações pedagógicas e promove a articulação entre os diferentes níveis e componentes curriculares.

Outro aspecto relevante é que o planejamento permite o registro e a sistematização das práticas pedagógicas, o que favorece a avaliação e a reorientação do trabalho docente. O planejamento, quando bem elaborado, se transforma em um espaço de reflexão crítica sobre a prática e de construção da autonomia profissional do professor.

DIMENSÕES DO PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

O planejamento pedagógico é um processo multidimensional, que envolve diversas esferas da prática educativa. Podemos identificar quatro principais dimensões que devem ser consideradas na elaboração de um bom planejamento: política, filosófica, pedagógica e organizacional.

A dimensão política refere-se ao compromisso do planejamento com a formação cidadã e com a transformação social. O planejamento não é neutro: ele expressa escolhas ideológicas, valores e concepções de mundo. Ao planejar, o professor deve considerar os princípios democráticos, a justiça social e a equidade como fundamentos da ação educativa.

A dimensão filosófica está relacionada à concepção de educação que orienta o trabalho docente. Envolve a visão sobre o papel da escola, o sentido do conhecimento e a relação entre ensino e aprendizagem. Planejar, nesse sentido, exige clareza quanto aos fundamentos que sustentam a prática pedagógica.

A dimensão pedagógica é aquela que trata dos aspectos metodológicos do processo de ensino-aprendizagem: seleção e organização dos conteúdos, definição de objetivos, escolha de estratégias de ensino e critérios de avaliação. É a dimensão mais visível do planejamento, mas que deve estar articulada às demais.

Por fim, a dimensão organizacional diz respeito à gestão do tempo, dos espaços, dos recursos materiais e humanos. Um planejamento eficaz precisa considerar a viabilidade prática das ações propostas e a realidade concreta da escola.

Essas dimensões não são estanques, mas se inter-relacionam. Um planejamento coerente é aquele que consegue integrar essas esferas, promovendo uma ação pedagógica intencional, crítica e contextualizada.

NÍVEIS DO PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO: DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO À AULA

O planejamento pedagógico ocorre em diferentes níveis, cada um com suas especificidades, funções e abrangência. O primeiro nível é o planejamento institucional, materializado no Projeto Político-Pedagógico (PPP), que expressa a identidade da escola, seus objetivos, princípios, metas e diretrizes gerais. Elaborado coletivamente pela comunidade escolar, o PPP orienta todas as ações pedagógicas e administrativas da instituição.

O segundo nível é o planejamento curricular, que organiza os conteúdos e competências a serem desenvolvidos em cada componente curricular, em consonância com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos currículos estaduais e municipais. Esse planejamento define a progressão das aprendizagens e estabelece os objetivos de longo prazo para cada etapa de ensino.

O terceiro nível é o planejamento de ensino, realizado pelo professor ou equipe docente, que detalha os conteúdos, metodologias, recursos e avaliações a serem utilizados ao longo do período letivo. Esse planejamento pode ser anual, semestral ou por unidades temáticas.

Por fim, temos o planejamento de aula, que é a organização detalhada da intervenção pedagógica em cada encontro com os alunos. Nele, o professor define os objetivos específicos, os conteúdos a serem trabalhados, as estratégias de ensino, os recursos didáticos e os procedimentos de avaliação.

Esses níveis de planejamento precisam estar articulados entre si, garantindo coerência e continuidade ao processo educativo. A desconexão entre o planejamento de aula e o PPP, por exemplo, pode comprometer a unidade pedagógica da escola e a efetividade das aprendizagens.

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO: CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O planejamento participativo é uma abordagem inclusiva e colaborativa que envolve diversos stakeholders no processo de definição, construção, acompanhamento e avaliação de projetos e políticas. Este método se baseia no princípio de que as pessoas que são diretamente afetadas por decisões e ações devem ter voz ativa e participação na sua elaboração e implementação.

A concepção, construção, acompanhamento e avaliação do planejamento participativo seguem uma sequência lógica e inter-relacionada que busca assegurar transparência, responsabilidade e eficácia.

A concepção do planejamento participativo começa com a identificação e mobilização dos diversos stakeholders que serão envolvidos no processo. Isso inclui não apenas os gestores e técnicos, mas também os beneficiários diretos das políticas ou projetos, como comunidades locais, organizações da sociedade civil, e outros grupos interessados.

A inclusão desses atores é crucial para garantir que suas necessidades, expectativas e conhecimentos sejam incorporados desde o início. Durante a fase de concepção, é essencial criar um ambiente de confiança e diálogo aberto, onde todos se sintam à vontade para expressar suas opiniões e contribuir com suas ideias.

Uma vez definidos os participantes, a próxima etapa é a construção do plano. Esta fase envolve a realização de reuniões, oficinas e consultas públicas para coletar informações, identificar prioridades e definir os objetivos e metas do projeto ou política. A metodologia de construção do plano deve ser transparente e colaborativa, promovendo a participação ativa de todos os stakeholders. Ferramentas como mapas mentais, painéis colaborativos e técnicas de brainstorming são frequentemente utilizadas para facilitar a expressão de ideias e a construção coletiva de soluções. Durante essa etapa, é importante também definir claramente os recursos disponíveis, os prazos e as responsabilidades de cada participante, assegurando que todos compreendam e concordem com o plano elaborado.

O acompanhamento é uma fase contínua que ocorre durante a implementação do plano. Envolve o monitoramento constante das atividades e processos, garantindo que o plano seja executado conforme previsto. O acompanhamento participativo requer a criação de mecanismos de feedback e comunicação regular entre todos os stakeholders. Isso pode incluir a realização de reuniões periódicas, a utilização de plataformas digitais para a troca de informações e o desenvolvimento de indicadores de desempenho que permitam avaliar o progresso das ações. A transparência e a prestação de contas são fundamentais nesta fase, pois fortalecem a confiança entre os participantes e permitem a identificação e correção de possíveis desvios ou problemas.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - CAPÍTULO III, SEÇÃO I - DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)(Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;(Incluído pela Emenda

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS, IRRACIONAIS E REAIS. OPERAÇÕES, PROPRIEDADES E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos.

Exemplo: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

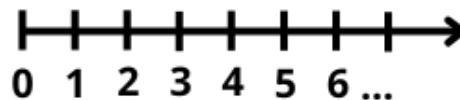
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (\mathbb{N})

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

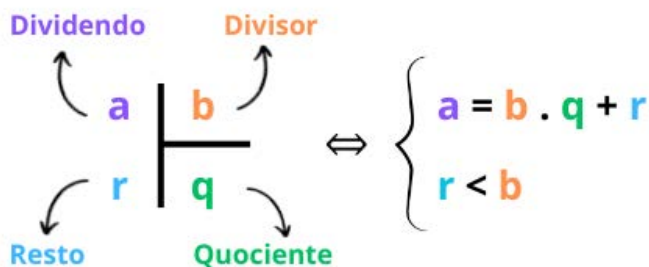
$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto " . ", para indicar a multiplicação.

Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. Exemplo: $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. Exemplo: $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo a, b e c em \mathbb{N}

- Associativa da adição: $(a + b) + c = a + (b + c)$
- Comutativa da adição: $a + b = b + a$
- Elemento neutro da adição: $a + 0 = a$
- Associativa da multiplicação: $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- Comutativa da multiplicação: $a \cdot b = b \cdot a$
- Elemento neutro da multiplicação: $a \cdot 1 = a$
- Distributiva da multiplicação relativamente à adição: $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- Distributiva da multiplicação relativamente à subtração: $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.

- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):
 $5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2$.

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branços	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Resolução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!